

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	23
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	48

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, na qual estão atreladas ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 4.274 e R\$ 8.548 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de dezembro de 2012.

- Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controladas no exterior, onde as moedas funcionais são o Peso Argentino e o Peso Chileno. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino e ao Peso Chileno, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 uma redução no montante total de R\$ 2.497 e R\$ 4.995 no patrimônio líquido da Companhia, considerando a variação de ambas as moedas. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 uma redução no montante de R\$ 6.632 e R\$ 13.264 no seu patrimônio líquido. A Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Dólar. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Dólar, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 uma redução no montante de R\$ 1.942 e R\$ 3.833 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano e o Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do real frente ao dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 783 e R\$ 1.567.

Adicionalmente, em dezembro de 2012 a Companhia contratou derivativo o qual foi registrado em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Perda com "swap" cambial	596	-	596	-
Total	596	-	596	-

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos – Operações de Swap				
Vencimento	Controladora			
	Valor referência (nacional)	Posição ativa – 100%CDI	Posição passiva – Variação dólar + taxa 2,24% a.a.	Valor justo (a pagar)/ a receber
05/12/13	769	767	774	1
04/06/14	748	747	753	3
05/12/14	5.605	5.595	5.641	31
04/06/13	554	553	557	(2)
05/06/17	6.891	6.879	6.936	(77)
04/06/13	765	763	770	(2)
06/06/16	5.226	5.217	5.259	3
05/06/17	4.990	4.981	5.022	(56)
04/06/14	542	541	545	2
05/12/13	556	556	560	1
05/12/18	6.364	6.353	6.405	(223)
04/06/18	84	84	85	(2)
06/06/16	7.216	7.204	7.263	5
04/06/15	7.554	7.540	7.602	37
05/12/14	7.740	7.727	7.790	43
07/12/15	7.396	7.383	7.444	26
04/06/15	5.470	5.460	5.505	27
05/12/17	6.734	6.723	6.778	(125)
05/12/16	7.052	7.040	7.098	(31)
05/12/18	4.609	4.601	4.638	(161)
04/06/18	61	61	61	(2)
05/12/17	4.876	4.868	4.908	(91)
05/12/16	5.107	5.098	5.140	(22)
07/12/15	5.356	5.347	5.390	19
	102.265	102.088	102.924	(596)

(i)Deutsche

Contratos de “crosscurrency swap” (“plainvanilla”)

US\$/R\$: A Companhia contratou operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI ou taxa pré-fixada em reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pela variação dos empréstimos em US\$.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2012 de acordo com o item 39 do CPC 40:

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	29.116	-	-	-	-	29.116
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	138.654	147.196	4.471	290.321
Total	29.116	-	138.654	147.196	4.471	319.437

	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	66.693	-	-	-	-	66.693
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	-	138.967	244.820	18.979	402.766
Total	66.693	-	138.967	244.820	18.979	469.459

Os quadros abaixo demonstram análise do prazo de vencimento para os ativos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	30.758	-	-	-	30.758
Aplicação financeira – caixa restrito	-	-	2.789	87.874	12.261	102.924
Contas a receber de clientes	76.084	9.012	4.801	-	-	89.897
Dividendos a receber	-	20.000	5.057	-	-	25.057
Depósitos judiciais	-	-	-	16.300	-	16.300
Total	76.084	59.770	12.647	104.174	12.261	264.936

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	117.640	-	-	-	117.640
Aplicação financeira – caixa restrito	-	-	2.789	87.874	12.261	102.924
Contas a receber de clientes	151.070	18.193	7.744	-	-	177.007
Dividendos a receber	-	1.094	-	-	-	1.094
Depósitos judiciais	-	-	-	20.952	-	20.952
Total	151.070	136.927	10.533	108.826	12.261	419.617

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros de 1,5% ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,14%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes à cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	28.207	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta			2.014	1.512	1.007
Aplicações financeiras – caixa restrito	102.924	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta - caixa restrito			7.349	5.517	3.674
Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	74.552	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta			5.323	3.996	2.662
Aplicações financeiras – caixa restrito	102.924	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira bruta - caixa restrito			7.349	5.517	3.674

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2012. Foram acrescidos os juros de 1,5% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,64% para a primeira emissão, acrescidos os juros de 1,07% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,21% para a segunda emissão, e acrescidos os juros de 1,20% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,34% para a terceira emissão, sendo estas médias relacionadas ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/12/2012	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 1ª emissão	36.561	CDI +1,5%	8,64%	10,80%	12,96%
Despesa financeira bruta			3.159	3.949	4.738
Debêntures – 2ª emissão	101.544	CDI +1,07%	8,21%	10,26%	12,32%
Despesa financeira bruta			8.337	10.418	12.510
Debêntures – 3ª emissão	130.081	CDI +1,20%	8,34%	10,43%	12,51%
Despesa financeira bruta			10.849	13.567	16.273

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia está sempre avaliando a eventual necessidade de contratar proteção para os riscos de crédito, taxa de juros e cambial.

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira.

Para maiores informações sobre o gerenciamento de risco da companhia, vide item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 – Outras informações relevantes

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.1. Condições financeiras/patrimoniais

2012

Com o EBITDA ajustado de R\$ 56,3 milhões no 4T12, atingimos no ano de 2012 um EBITDA de R\$ 221,3 milhões, 10,4% superior ao obtido em 2011, ainda que com as perdas decorrentes do início das operações da Valid Certificadora que totalizaram R\$ 10,1 milhões, visto que consideramos apenas o 1T12 como não recorrente.

Se compararmos o resultado de 2012 com o reportado em 2011, quando havíamos desconsiderado os resultados obtidos pela Certificadora, teríamos obtido um crescimento orgânico de 15,4%.

Em 2012, vivenciamos muitos desafios, oportunidades e conquistas que merecem aqui ser comentados:

O ano foi pautado por muitas dúvidas relativas ao mercado bancário: redução dos spreads, elevação das despesas com provisões e incertezas sobre a expansão da atividade econômica, que fizeram com que nossos principais clientes passassem por um período de transição, provocando uma redução na demanda por nossos serviços e impactando os resultados da divisão de Meios de Pagamento. Entretanto, mais uma vez ficou comprovada a resiliência da Companhia, que mesmo diante destas oscilações, manteve um crescimento sólido e de dois dígitos, resultado da eficiência na execução da sua estratégia de desenvolvimento, reforçando a consistência de nossos resultados ao longo dos anos.

O ano de 2012 também foi marcado pela homologação da Valid como Autoridade Certificadora e, ainda que não tenha atingido os resultados propostos para o ano, firmou importante parceria com uma empresa que possui a capilaridade desejada para a distribuição de certificados digitais no Brasil, fator este fundamental para o alcance das metas propostas.

O principal destaque do ano de 2012 foi a entrada estratégica da Valid no mercado norte americano. No 2T12, investimos na aquisição da norte-americana PPI Secure Solution, LLC, com a intenção de termos uma plataforma nos EUA para oferecermos as soluções Valid para o maior mercado consumidor do mundo. Sete meses depois, em novembro, dando continuidade a estratégia de posicionamento nos EUA, a Valid concluiu a aquisição dos ativos da Vmark, Inc e de suas afiliadas, líder reconhecida pela produção de cartões e soluções bancárias, pelo montante total de U\$S 49,4 milhões (free liabilities), reforçando a estratégia de crescimento da Companhia em outros mercados geográficos, ampliando sua atuação e agregando valor para seus shareholders e stakeholders.

Esse movimento de aquisições posiciona a Valid como a 4ª maior produtora de cartões plásticos do mundo¹, permitindo sua atuação em importantes mercados em crescimento, incluindo os de pagamentos com SmartCards EMV que irão acontecer nos EUA nos próximos anos. A entrada neste mercado representa um investimento consistente em nossa estratégia de crescimento de longo prazo, pois tudo indica que o mercado americano terá papel importante no desenvolvimento do nosso negócio nos próximos anos.

Com a aquisição da VMark, somos agora mais de 6 mil pessoas entre Brasil, EUA, Espanha e Argentina, trabalhando com o mesmo objetivo: levar aos nossos clientes a melhor e mais completa oferta de serviços existente no mercado.

Ao longo do ano, a Companhia distribuiu R\$ 109,7 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio, mantendo o compromisso com seus acionistas de buscar uma estrutura de capital justa e eficiente, sem comprometer os seus resultados futuros.

¹ Fonte: The Nilson Report – Edição Outubro/2012

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conseguimos alcançar nesse quarto trimestre um EBITDA Ajustado de R\$ 56,2 milhões, o maior resultado de nossa história e concluímos 2011 com um EBITDA acumulado 14,3% maior do que o obtido em 2010, atingindo enfim a cifra de R\$ 200 milhões, um marco tão esperado por nós. Importante salientar que, apesar de nossa tradição em aquisições de empresas e das várias oportunidades analisadas durante o ano, este crescimento foi totalmente orgânico, com aumento de 15,5% em nossas vendas líquidas. Pelo décimo quarto ano consecutivo obtivemos aumento do lucro, que este ano foi 28,6% maior em comparação a 2010, o que atesta a eficácia gerencial do nosso time e a incessante busca pela excelência em nossas ações, sempre preparando a Empresa para as oportunidades apresentadas pelo mercado. Estes resultados tiveram desdobramentos muito positivos, como a concretização da vice-liderança no mercado de SIM Cards, ressaltando que nossa entrada neste segmento somente ocorreu em 2009. Da mesma forma, demonstrando como a Valid está sempre pronta a acompanhar as evoluções do mercado, estamos entrando no segmento de transações *mobile* e dois importantes passos foram dados nesta direção: o desenvolvimento da tecnologia NFC (Near Field Communication) pela nossa subsidiária espanhola e a parceria com a Bell ID para as ofertas locais de TSM (Trusted Service Manager). O ano de 2011 marcou também o início do negócio de Certificação Digital, com a criação da Valid Certificadora Digital, que comprovou a capacidade da Empresa de buscar o novo, transformando-o em realidade, em curto espaço de tempo. No que se refere às remunerações aos acionistas, destacamos que, em maio de 2011, foi aprovado aumento de capital com bonificação em ações na proporção de uma ação para cada dez papéis detidos. Além disso, como demonstração real de que a Empresa está sempre procurando o melhor retorno para seus acionistas, aumentamos o payout de 30% para 40% nos adiantamentos trimestrais de dividendos e JCP, além da proposta de distribuição de 80% do Lucro Líquido Ajustado, referente ao exercício de 2011. Em outubro de 2011, fizemos uma captação de R\$ 100 milhões por meio da emissão de debêntures, a uma taxa de CDI + 0,93%, considerada bastante atrativa pelo mercado. Este dado reflete o baixo risco empresarial associado à nossa Companhia e a confiança nos negócios por ela conduzidos. Sob o aspecto tecnológico, também ocorreu uma importante evolução. Passamos a realizar o encapsulamento de chips no Brasil, consequência do desenvolvimento da tecnologia nacional e da eliminação dos riscos relacionados à dependência do mercado fornecedor internacional. Entendemos que no segmento em que a Valid atua, o futuro é a mobilidade. Nesse sentido, todos os recursos da empresa são acionados para alinhar nossas práticas, linhas de produção e modelo de gestão com esta visão. Para isso, temos orgulho em reafirmar que somos a única empresa brasileira, deste porte que opera neste mercado, possuindo aproximadamente cinco mil funcionários e tecnologia de ponta, além do que é, seguramente, o mais importante fator competitivo: o comprometimento que permeia toda a nossa força de trabalho.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2010

Numa trajetória consecutiva e ininterrupta que se iniciou em 1998, conseguimos pelo décimo - terceiro ano seqüencial aumentar esse lucro, com uma taxa média de expansão nesse período de 19% a cada ano. Um crescimento sólido, constante e por um prazo longo, meta objetivada por muitos, mas alcançada por poucos. Esse objetivo foi atingido num ano de expressivas mudanças dentro de nossa empresa e nos mercados em que atuamos, transformações que gostaria agora de detalhar. Em abril, os acionistas elegeram um novo Conselho de Administração, com renovação da maioria de seus membros. Entramos assim em nova fase de governança adaptada ao modelo de capital pulverizado, com membros independentes sugeridos por acionistas relevantes. Acredito que com essa mudança fizemos uma transição sem traumas de uma empresa de capital fechado de controlador definido, para uma verdadeira "corporation" no modelo das melhores empresas existentes. Evoluímos sem ruído ou distúrbio. Mais recentemente ainda, mudamos nossa razão social, nossa marca, a maneira como nos apresentamos e como somos identificados pela sociedade. De novo uma mudança importante, e para nós histórica, realizada de maneira tranquila. VALID é o nosso nome, que define o que queremos ser: uma palavra de valor. Uma tradição de 50 anos de atendimento às demandas de nossa clientela com total confiabilidade encontra agora um novo símbolo – a confiança continua sendo o nosso negócio e nosso nome agora é VALID. Outro movimento essencial foi a solidificação de nossa presença no mercado de cartões SIM para celulares, após a aquisição da Microeletrônica na Espanha. Não só os retornos conseguidos com essa aquisição superaram as nossas expectativas, como nosso domínio tecnológico foi ampliado pela absorção da valiosa equipe de engenheiros lotada em Madrid. Tudo indica que o mercado de pagamentos móveis terá papel central no desenvolvimento de nosso negócio, e, tendo essa perspectiva em vista, adquirimos em meados do ano, em sociedade com a CIELO, o controle da M4U, empresa que reconhecidamente é pioneira no desenvolvimento de aplicativos e soluções nessa área. Iniciamos um posicionamento que deverá ter desdobramentos promissores. Na área de operações é necessário ressaltar a reversão dos resultados conseguidos pela nossa unidade gráfica. Em 2009 decepcionamos, mas a troca de lideranças e a alteração no modelo de negócios levaram a bons resultados em 2010. Capacidade de resposta gerencial é essencial em qualquer empresa, e acredito que nesse episódio demonstramos a qualidade de nossa gestão. Foi ainda confirmada, em 2010, a obsolescência do cartão indutivo para telefonia pública, que durante muitos anos foi responsável por parcela expressiva de nossos resultados, mas que agora pouco contribui. Conseguimos manter nossas despesas corporativas (S,G&A) abaixo de 8% da receita, no que acreditamos ser um benchmark global. Terminamos o ano com aproximadamente R\$ 140 milhões em caixa, tendo investido mais de R\$ 68 milhões em aquisições e ativos. Nossa dívida líquida ficou abaixo de 0,25 X EBITDA. , numa posição sólida que nos permite prever novas alavancagens. Conforme a tradição, distribuímos 30% de nosso lucro aos acionistas, em pagamentos trimestrais. Passamos esse ano de 5 mil colaboradores diretos, no Brasil, Argentina e Espanha. 5 mil pessoas que partilham da nossa crença que nossa palavra tem valor, numa cultura forte, arraigada em nossa gente. Em 2010, continuamos a ser a empresa brasileira líder em soluções para identificação segura. Identificamos indivíduos de maneira precisa, objetos com garantia, movimentações com segurança. Somos parceiros preferenciais dos sistemas financeiros e de telecomunicações, e trabalhamos há várias décadas com governos estaduais com desempenho impecável. Nada disso teria sido possível sem o empenho dos nossos colaboradores, a quem aqui agradeço, destacando a atuação do Jose Roberto Mauro que liderou nossas operações nesse momento de transição. Especial agradecimento aos nossos clientes, que seguem conosco há muitos anos, e com quem queremos cada vez mais estreitar nossos laços. E por fim, em nome de nosso Conselho de Administração, agradeço a confiança de nossos acionistas e reitero nosso compromisso de continuar trabalhando de maneira eficiente e dedicada para a criação de valor na Valid.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:****i) hipótese de resgate**

A Companhia não considera a hipótese de resgates de suas ações

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradores de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são de curto prazo. A Companhia possui perfil conservador de investimento. Além disso, apresentamos sólidos indicadores de liquidez.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados

Historicamente, a Companhia tem financiado suas atividades com capital próprio, devido a sua forte geração de caixa e baixo nível de endividamento. Em 31 de dezembro de 2012, nossa dívida líquida era de R\$ 184,9 milhões.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função de a Companhia ser forte geradora de caixa, a Administração entende que não serão necessárias outras fontes de financiamento para capital de giro e que, de acordo com nossas projeções, não teremos problemas relativos à falta de liquidez. Entretanto, outras fontes de financiamento poderão ser demandadas, por exemplo, caso tenhamos projetos de aquisições de participação em outras empresas que venham agregar valor aos negócios da Companhia e aos nossos acionistas.

f) níveis de endividamentos e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento bruto da Valid no quarto trimestre de 2012 foi de R\$ 402,8 milhões, sendo esse montante dividido entre R\$ 139,0 milhões no curto prazo e R\$ 263,8 milhões no longo prazo. A dívida líquida ficou em R\$ 184,9 milhões.

O endividamento bruto da companhia é composto, principalmente, por:

- 1ª emissão de debêntures, realizada em 2008, no montante de R\$ 180 milhões e prazo de 5 anos, sendo 3 de carência e com pagamento semestral de juros e remuneração de CDI + 1,50% a.a. O saldo devedor de juros + principal será quitado em abril/2013;
- 2ª emissão de debêntures, realizada em outubro de 2011, no valor de R\$ 100 milhões, com prazo de 2 anos e amortização total em outubro de 2013. As debêntures fazem jus a uma remuneração semestral de CDI + 0,93%;
- 3ª emissão de debêntures, realizada em dezembro de 2012, no valor de R\$ 130,0 milhões e prazo de vencimento de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, com pagamento semestral de juros e remuneração de CDI + 1,20% a.a. Esta captação será amortizada com a 4ª emissão de debêntures, cuja taxa indicativa é de CDI + 0,97%, conforme RCA arquivada na CVM, em 25/02/2012;
- Empréstimo realizado pela subsidiária Valid US junto ao Deutsche Bank Londres, em outubro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2012, no valor de USD 49,0 milhões (correspondente a R\$ 100,0 milhões), à taxa de USD + 2,64%, destinado à aquisição dos ativos da VMark. Tal financiamento está garantido por uma aplicação em CDB realizada no Deutsche Bank Brasil, neste mesmo mês, no valor de R\$ 102,9 milhões, remunerada à taxa CDI + 100%. Foi realizada uma operação de swap nesta aplicação, ficando a companhia com uma posição ativa em USD + 2,24% e passiva em 100% do CDI. Possíveis perdas decorrentes deste instrumento são compensadas integralmente pela variação do empréstimo a pagar na subsidiária americana;

- Financiamento realizado pela subsidiária Valid Certificadora, em setembro de 2012, no valor de R\$ 12,0 milhões (crédito total aprovado de R\$ 29,9 milhões), à taxa de TJLP + 1,5% a.a.. O saldo devedor será quitado em 4 anos, com o pagamento de juros trimestrais e dois anos de carência para o início da amortização. Em fevereiro de 2013 foram tomados mais R\$ 9,5 milhões, totalizando R\$ 21,5 milhões do limite aprovado.

O grupo arrendou alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação de serviços, no valor de aproximadamente R\$ 27 milhões, pelo prazo médio de 6 anos, com a opção de compra destes bens no final do contrato. A taxa de juros para todas as obrigações assumidas é de 10,85% a.a. Adicionalmente, foram realizados adiantamentos de parcelas no montante de R\$ 18,1 milhões, que serão descontados nas prestações de serviços futuras.

Os indicadores financeiros da Valid no ano de 2012 ainda ficaram bem abaixo dos covenants das Emissões (1ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 2,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x, 2ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x, 3ª Emissão: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00; e EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.).

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não temos outras relações de longo prazo.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O endividamento da Companhia é limitado pelo cumprimento, por parte da Emissora, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis, devido à Emissão de Debêntures, os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

Os indicadores financeiros da Valid no ano de 2012 ainda ficaram bem abaixo dos covenants das Emissões (1ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 2,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x, 2ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x, 3ª Emissão: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00; e EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.).

Para os fins do disposto acima, definem-se:

“Dívida Líquida” significa o saldo de dívidas bancárias de curto e longo prazo, incluindo a Dívida relativa às Debêntures, menos o numerário disponível (disponibilidades) em caixa. “EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido, relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e “Despesas Financeiras” significam as despesas relativas a um período de 12 meses efetivamente contabilizadas, referente às Debêntures e dívidas bancárias.

Todos os valores utilizados para cálculos dos índices acima mencionados referem-se às

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.**

Balancos patrimoniais levantados
em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		
	2012	2011	2010
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	117.640	171.780	139.744
Contas a receber de clientes	177.007	153.504	125.814
Provisão para perdas sobre crédito	(1.158)	(976)	(1.340)
Impostos a recuperar	10.673	32.167	28.183
Estoques	107.619	100.253	84.969
Dividendos a receber	1.094	-	-
Outras contas a receber	21.570	4.414	3.606
Aplicações financeiras - caixa restrito	2.661	-	-
Despesas antecipadas	4.833	6.151	411
Total do ativo circulante	441.939	467.293	381.387
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	149.826	29.166	15.453
Depósitos judiciais	20.952	12.279	7.827
Impostos a recuperar	8.534	3.555	247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.145	13.185	7.244
Outras contas a receber	4.932	147	135
Aplicações financeiras - caixa restrito	100.263	-	-
Investimentos	4.598	3.429	2.282
Imobilizado	340.062	246.750	232.029
Intangível	172.156	168.963	169.953
Total do ativo não circulante	666.642	448.308	419.717
Total do Ativo	1.108.581	915.601	801.104

Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2012	2011	2010
Passivo circulante			
Fornecedores	66.546	62.951	39.296
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	138.967	77.674	76.686
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	47.534	38.949	32.076
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12.612	28.235	27.878
Parcelamento de débitos fiscais	467	579	699
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	10.798	9.230
Derivativos	3	-	-
Outras contas a pagar	16.681	3.758	2.412
Total do passivo circulante	282.810	222.944	188.277
Passivo não circulante			
Fornecedores	147	2.453	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	263.799	136.000	108.000
Parcelamento de débitos fiscais	-	1.643	3.247
Provisões	13.508	22.293	26.275
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.823	19.963	9.820
Contas a pagar-aquisição de empresas	4.000	4.000	4.000
Derivativos	593	-	-
Outras contas a pagar	1.452	2.995	6.435
Total do passivo não circulante	313.322	189.347	157.777
Patrimônio líquido			
Capital social	360.000	360.000	260.000
Ações em tesouraria	(4.346)	(7.485)	(1.199)
Reservas de capital	6.670	6.111	6.111
Reservas de lucros	130.611	79.277	184.946
Ajustes acumulados de conversão	1.028	(504)	(3.279)
Proposta de dividendos adicionais	18.486	65.911	8.471
Total do patrimônio líquido	512.449	503.310	455.050
Total do passivo e patrimônio líquido	1.108.581	915.601	801.104

Demonstração do resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		
	2012	2011	2010
Receita de vendas líquida	937.139	873.919	756.849
Custos das mercadorias e serviços	(659.560)	(628.791)	(560.068)
Lucro bruto	277.579	245.128	196.781
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(59.315)	(56.401)	(34.273)
Despesas administrativas	(39.341)	(33.712)	(23.849)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(16.756)	(3.152)	(1.985)
Resultado de equivalência patrimonial	4.063	3.847	905
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	166.230	155.710	137.579
Receitas financeiras	13.474	15.344	12.468
Despesas financeiras	(27.201)	(25.641)	(24.503)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	152.503	145.413	125.544
Imposto de renda e contribuição social correntes	(41.774)	(29.145)	(19.684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.900)	(4.448)	(11.940)
Lucro líquido do exercício	102.829	111.820	93.920

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2012	2011	AH-%	AV-%	AH-R\$
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	117.640	171.780	-31,52%	26,62%	(54.140)
Contas a receber de clientes	177.007	153.504	15,31%	40,05%	23.503
Provisão para perdas sobre crédito	(1.158)	(976)	18,65%	-0,26%	(182)
Impostos a recuperar	10.673	32.167	-66,82%	2,42%	(21.494)
Estoques	107.619	100.253	7,35%	24,35%	7.366
Dividendos a receber	1.094	-	100%	0,25%	1.094
Outras contas a receber	21.570	4.414	388,67%	4,88%	17.156
Aplicações financeiras - caixa restrito	2.661	-	100%	0,60%	2.661
Despesas antecipadas	4.833	6.151	-21,43%	1,09%	(1.318)
Total do ativo circulante	441.939	467.293	-5,43%	100%	(25.354)
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo	149.826	29.166			120.660
Depósitos judiciais	20.952	12.279	70,63%	3,14%	8.673
Impostos a recuperar	8.534	3.555	140,06%	1,28%	4.979
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.145	13.185	14,87%	2,27%	1.960
Outras contas a receber	4.932	147	3.255,1%	0,74%	4.785
Aplicações financeiras - caixa restrito	100.263	-	100%	15,04%	100.263
Investimentos	4.598	3.429	34,09%	0,69%	1.169
Imobilizado	340.062	246.750	37,82%	51,01%	93.312
Intangível	172.156	168.963	1,89%	25,82%	3.193
Total do ativo não circulante	666.642	448.308	48,70%	100%	218.334
Total do Ativo	1.108.581	915.601	21,08%		192.980
	2012	2011	AH-%	AV-%	AH-R\$
Passivo circulante					
Fornecedores	66.546	62.951	5,71%	23,53%	3.595
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	138.967	77.674	78,91%	49,14%	61.293
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	47.534	38.949	22,04%	16,81%	8.585
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12.612	28.235	-55,33%	4,46%	(15.623)
Parcelamento de débitos fiscais	467	579	-19,34%	0,17%	(112)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	10.798	-100%	-	(10.798)
Derivativos	3	-	100%	-	3
Outras contas a pagar	16.681	3.758	343,88%	5,90%	12.923
Total do passivo circulante	282.810	222.944	26,85%	100%	59.866
Passivo não circulante					
Fornecedores	147	2.453	-94,01%	0,05%	(2.306)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	263.799	136.000	93,97%	84,19%	127.799
Parcelamento de débitos fiscais	-	1.643	-100%	-	(1.643)
Provisões	13.508	22.293	-39,41%	4,31%	(8.785)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.823	19.963	49,39%	9,52%	9.860
Contas a pagar-aquisição de empresas	4.000	4.000	-	1,28%	-
Derivativos	593	-	100%	0,19%	593
Outras contas a pagar	1.452	2.995	-51,52%	0,46%	(1.543)
Total do passivo não circulante	313.322	189.347	65,48%	100%	123.975
Total do patrimônio líquido	512.449	503.310	1,82%	100%	9.139
Total do passivo e patrimônio líquido	1.108.581	915.601	21,08%		192.980

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2012 e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante: As principais variações no ativo circulante foram os seguintes:

Caixa e Equivalentes de Caixa: Redução de 31,5%, devido principalmente a pagamento de debêntures e dividendos;

Outras contas a receber: aumento de 388,6% sendo basicamente relacionado ao adiantamento feito à empresa Kodak relativo a um contrato de leasing de máquinas e equipamentos para a área de produção;

O Ativo Circulante no ano de 2012 representou 39,8% do valor total do ativo, comparado com 51% em 2011, representando uma queda de 11,2 pontos percentuais.

Ativo não circulante: As principais variações no ativo não circulante foram as seguintes:

Depósitos judiciais: aumento 70,6% devido principalmente a um depósito efetuado referente a um auto de infração relativo a divergências encontradas no arquivo digital EFD (Sped Fiscal);

Outras contas a receber: aumento de 3.255,1% também devido ao adiantamento feito à Kodak a ser abatido de faturas emitidas a partir de 2014;

Aplicações financeiras –caixa restrito: a Companhia passou a ter esta aplicação para lastrear o empréstimo feito pela controlada Valid USA para a compra dos ativos da Vmark nos Estados Unidos;

Imobilizado: Aumento de 37,8% relativo a imobilização do leasing de máquinas e equipamentos junto a Kodak;

O ativo não circulante de 2012 representou 60,1% do ativo total, comparado com 49% em 2011, representando um aumento de 11,1 pontos percentuais.

Passivo Circulante: As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

Empréstimos, financiamentos, debentures e leasing a pagar: O aumento de 79,0 % refere a captação de curto prazo das debentures e leasing de máquinas pela controladora.

Outras contas a pagar: aumento de 343,9% que é basicamente compromissos das Valid USA referente a aquisição dos ativos da VMark.

O Passivo Circulante de 2012 representou 25,5% do valor do passivo total, comparado com 24,4% em 2011, representando um pequeno aumento de 1,1 pontos percentuais.

Passivo não circulante:

Empréstimos, financiamentos, debentures e leasing a pagar: O aumento de 94,0 % refere a captação de longo prazo das debentures e leasing de máquinas pela controladora, financiamento junto ao BNDES captado pela controlada Valid Certificadora Ltda e empréstimo da Valid USA para a compra dos ativos da VMark.

O Passivo não circulante de 2012 representou 28,3% do valor do passivo total, comparado com 20,7% de 2011, representando um aumento de 7,6 pontos percentuais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A partir de 2011, apresentamos uma nova estrutura de negócios focando nossas atividades nas necessidades do cliente e não mais no produto. Desta forma, a segmentação das linhas de cartões e serviços gráficos foi reorganizada por especialidade: Meios de Pagamento e Telecomunicações. Essas duas divisões, juntamente com a Divisão de Identificação e Certificação Digital, compõem agora nossa estrutura interna de negócios. Entendemos que esta é uma forma mais moderna e dinâmica de direcionarmos a empresa para o futuro.

Na divisão de Meios de Pagamento o foco está no atendimento à grandes instituições financeiras e varejistas, que contam com a experiência de quem, a mais de 50 anos, atua nesse segmento, contribuindo para que cada vez mais brasileiros realizem seus sonhos de consumo usufruindo a segurança e comodidade dos serviços e soluções Valid. Nossa expectativa neste mercado é com relação às transações móveis, que acreditamos terem forte tendência de crescimento para os próximos anos.

Nosso negócio em telefonia era, há quatro anos, muito restrito à telefonia pública, entretanto, este cenário mudou quando entramos no mercado de SIM Cards. Com a aquisição da Valid Espanha e a contratação de pessoas especializadas nesta área estamos desenvolvendo uma linha completa de produtos e serviços que oferecem aos nossos clientes o que há de mais moderno para atender as suas demandas por transformações tecnológicas cada vez mais rápidas e profundas. Através de soluções inovadoras e totalmente alinhadas às tendências do setor, conseguimos ao longo deste período um posicionamento crescente no mercado de telecomunicações brasileiro.

No segmento de Sistemas de Identificação, somos responsáveis pela grande maioria das carteiras de habilitação emitidas no país e estamos presentes em 14 estados, com 2.000 profissionais atendendo ao cidadão brasileiro diariamente.

A VALID Certificadora Digital iniciou suas operações como parte da sua estratégia de entrada no mercado brasileiro de certificação digital. Operando como Autoridade Certificadora emitindo certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e.

Em 2012, a Receita Líquida Consolidada atingiu R\$ 937,1 milhões, 7,2% superior aos R\$ 873,9 milhões, atingidos em 2011.

A composição da Receita Líquida da companhia pode ser representada pelos segmentos de: Meios de Pagamentos, Sistema de Identificação, Telecomunicação e Certificação Digital. O mix de receita no ano de 2012 foi o seguinte: Meios de pagamento com 43,5%; Sistema de Identificação com 31,8%; Telecomunicação com 24,0% e a Certificadora Digital 0,7%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2011, a Receita Líquida Consolidada atingiu R\$ 873,9 milhões, 15,5% superior aos R\$ 756,8 milhões, atingidos em 2010.

A composição da Receita Líquida da companhia pode ser representada pelos segmentos de: Meios de Pagamentos, Sistema de Identificação e Telecomunicação. O mix de receita no ano de 2012 foi o seguinte: Meios de pagamento com 46,1%; Sistema de Identificação com 29,6% e Telecomunicação com 24,3%.

Em 2010, a Receita Líquida consolidada atingiu R\$ 756,8 milhões, 7,1% superior a 2009 quando a receita alcançou R\$ 706,4 milhões. Uma marca importante alcançada em 2010 foi o 13º ano consecutivo de crescimento da Receita Líquida, a uma taxa média de 13,8% ao ano. Em relação à composição da Receita Líquida da companhia, a divisão de Serviços Gráficos representou em 2010 35,0% da receita total, 3,3 p.p. inferior à registrada em 2009. A participação da divisão de Cartões avançou de 32,7% em 2009 para 34,6% em 2010. Sistemas de Identificação foi responsável por 30,4% da receita total, avanço de 1,4 p.p. em relação a 2009.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve fatores que afetaram materialmente os resultados.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos firmados entre a Companhia e os órgãos públicos Estaduais prevêm reajustes de preços baseados nos índices de inflação IPC-A e IGP-M.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há impacto significativo a ser evidenciado.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício de 2012.

]b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

O principal destaque do ano de 2012 foi a entrada estratégica da Valid no mercado norte americano. No 2T12, investimos na aquisição da norte-americana PPI Secure Solution, LLC, com a intenção de termos uma plataforma nos EUA para oferecermos as soluções Valid para o maior mercado consumidor do mundo. Sete meses depois, em novembro, dando continuidade a estratégia de posicionamento nos EUA, a Valid concluiu a aquisição dos ativos da Vmark, Inc e de suas afiliadas, líder reconhecida pela produção de cartões e soluções bancárias, pelo montante total de U\$S 49,4 milhões (free liabilities), reforçando a estratégia de crescimento da Companhia em outros mercados geográficos, ampliando sua atuação e agregando valor para seus shareholders e stakeholders..

c) eventos ou operações não usuais

Nenhum evento não usual a destacar

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Vide item b) abaixo.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O Grupo não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10 existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação, em que duas ou mais partes têm controle conjunto, deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRS pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas – reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" – as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de "impairment" em coligadas e "joint ventures".
- Modificações às IFRS - as melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRS. As alterações às IFRS são aplicáveis a períodos

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

- a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
- b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

O Grupo pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

O Grupo ainda não concluiu a mensuração dos efeitos da adoção para todas as novas normas, interpretações e alteração, porém espera que a aplicação do IFRS 11 apresente impacto sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas, tendo em vista que os investimentos na empresa Incard não atendem à definição de Joint operations e, portanto, a partir de janeiro de 2013, a expectativa é contabilizar pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a participação nas empresas, o que produzirá impacto no processo de desreconhecimento da consolidação proporcional na posição financeira ou resultado das operações quando comparado com a consolidação proporcional da Companhia, como atualmente considerado.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Pelo exposto acima, a opinião do auditor não está ressalvada em função.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas a seguir:

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas "Grupo"), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

	% de participação	
	2012	2011
Valid Participações Ltda. ("Valid Par")	100	100
CSB Transtex Chile S.A. ("Transtex Chile")	(i) 100	(i) 100
Incard do Brasil Ltda. ("Incard")	(ii) 50	(ii) 50
Interprint Ltda. ("Interprint")	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. ("Certificadora")	(iii) 100	(iii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas ("Valid Espanha")	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. ("Valid Argentina")	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. ("Trust")	100	100
Valid USA, Inc. ("Valid USA")	(iv) 100	-
Valid Secure Solutions, LLC ("Valid Solutions")	(iv) 100	-

- (i) Participação direta e indireta.
- (ii) Participação indireta através da Interprint Ltda.
- (iii) Empresa constituída em 2011.
- (iv) Participação indireta através da Valid Espanha.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

O investimento que a controlada direta Interprint possui na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay") é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa, mas não o controle, e, sendo assim, não é consolidada.

Considerando a existência de acordos de acionistas para a administração compartilhada da Incard, suas demonstrações financeiras foram consolidadas proporcionalmente com base no respectivo percentual de participação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As rubricas sumarizadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada em conjunto Incard, incluída na consolidação, depois de aplicadas as proporções de participações acionárias, são assim resumidas:

	Incard	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Ativo circulante	22.896	30.624
Ativo não circulante	10.001	6.385
Total do ativo	32.897	37.009
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	11.567	15.537
Passivo não circulante	1.730	954
Patrimônio líquido	19.600	20.518
Total do passivo e patrimônio líquido	32.897	37.009
	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida de vendas	40.802	43.734
Custo das vendas	(35.634)	(32.086)
Lucro bruto	5.168	11.648
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.881)	(1.710)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.193)	(49)
Imposto de renda e contribuição social	(2.012)	(2.941)
Lucro líquido do exercício	(918)	6.948

Combinação de negócios**Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado como ganho por compra vantajosa no resultado do exercício na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

Investimento em coligada

O investimento da Valid na coligada Multidisplay é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Investimento em empreendimento controlado em conjunto

A Valid mantém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da Incard, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Valid nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e a Incard. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média.

a) Transações e saldos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

b) Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras das controladas Valid Argentina, Transtex Chile, Valid Espanha, Valid USA e Valid Solutions, sediadas respectivamente na Argentina, Chile, Espanha e Estados Unidos, foram preparadas com base na moeda funcional daqueles países.

Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da conversão do ágio na compra de uma controlada após 1º de janeiro de 2009 são contabilizadas no Patrimônio Líquido.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Transações envolvendo pagamento baseado em ações

A Companhia outorgou aos conselheiros, diretores, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa, as opções de compras de ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são calculadas durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos programas

Instrumentos financeiros**a) Ativos financeiros****Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outras contas a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Nestas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de "hedge" ("hedge accounting")

e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 10% a 30%.
- Móveis e utensílios – 10% a 20%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

Arrendamento

O Grupo como arrendatário

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03"), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("CPC 09").

Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia

Novos pronunciamentos contábeis

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

O Grupo não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10 existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação, em que duas ou mais partes têm controle conjunto, deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRS pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas – reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" – as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de "impairment" em coligadas e "joint ventures".
- Modificações às IFRS - as melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRS. As alterações às IFRS são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
 - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
 - b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

O Grupo pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

O Grupo ainda não concluiu a mensuração dos efeitos da adoção para todas as novas normas, interpretações e alteração, porém espera que a aplicação do IFRS 11 apresente impacto sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas, tendo em vista que os investimentos na empresa Incard não atendem à definição de Joint operations e, portanto, a partir de janeiro de 2013, a expectativa é contabilizar pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a participação nas empresas, o que produzirá impacto no processo de desreconhecimento da consolidação proporcional na posição financeira ou resultado das operações quando comparado com a consolidação proporcional da Companhia, como atualmente considerado.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia do Grupo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.14, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia dispõe de controles internos com grau de eficiência suficiente para garantir a adequação e confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Busca constantemente aperfeiçoar seus controles internos, através de revisões periódicas dos mapeamentos de processos e, consequentemente, efetuando as atualizações do seu ERP ("*Enterprise Resource Planning*"), sempre norteando as regras das legislações pertinentes.

b)deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades indicando respectivos passivos

iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv) contratos de construção não terminada

v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia contratou operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI ou taxa pré-fixada em reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pela variação dos empréstimos em US\$.

Em dezembro de 2012, o resultado desta operação foi registrado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Perda com "swap" cambial	596	-	596	-
Total	596	-	596	-

B) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2010, 2011 e 2012.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2010, 2011 e 2012.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2010, 2011 e 2012.